

Segunda-Feira, 08 de Junho de 2026

Corregedor do TSE dá três dias para ministro da Justiça e presidente do Cade se explicarem sobre investigação a institutos de pesquisa

Guerra dos números

O Globo

O corregedor do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Benedito Gonçalves, fixou um prazo de três dias para que o ministro da Justiça, Anderson Torres, e o presidente do Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade), Alexandre Cordeiro Macedo, prestem esclarecimentos por terem tentado investigar os institutos de pesquisa. O despacho do corregedor ocorre após o presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Alexandre de Moraes, proibir o Cade e a PF de abrirem procedimentos para apurar a atuações dos institutos.

Na quinta-feira, Moraes alegou que os órgãos não têm competência legal para investigar as empresas e apontou possível prática de abuso de autoridade, desvio de finalidade e abuso de poder político por parte de Torres e Macedo. No mesmo dia, a PF havia aberto um inquérito que mirava os institutos, atendendo a um pleito da campanha do presidente e candidato à reeleição, Jair Bolsonaro (PL). O QG bolsonarista solicitou apuração em virtude das divergências entre os resultados dos pesquisas e o que foi apurado nas urnas. Além do inquérito da PF, na quinta-feira, o Cade determinou abertura de um procedimento para verificar se houve "possível acordo entre institutos de pesquisa com o intuito de manipular o mercado e os consumidores". O alvo das investigações são os institutos Ipec, Ipespe e Datafolha.

Em sua decisão neste sábado, o corregedor afirma que há indícios de que o presidente do Cade não teria amparo para determinar a apuração. Benedito Gonçalves afirma ainda que as acusações contra os institutos de pesquisa não se enquadram nas possíveis irregularidades citados pelo Cade para sustentar o caso.